

» Entrevista | **ZHU QINGQIAO** | EMBAIXADOR DA CHINA NO BRASIL

Ao completar meio século de conexões comerciais e políticas, diplomata considera que os laços entre os dois países sobreviveram a movimentos de afastamento feitos por alguns governos — como o de Bolsonaro. Mas se mantiveram íntegros

“Nossa relação é de longo prazo”

» VICTOR CORREIA

Brasil e China completam, este ano, 50 anos de relações diplomáticas, além dos 20 anos da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban) — instalada em 2004, quando o Brasil reconheceu o país asiático como uma economia de mercado e criou o colegiado para fomentar discussões entre os dois governos. Desde então, as nações apenas estreitaram os laços no campo comercial, apesar de tensões diplomáticas em alguns governos, como no de Jair Bolsonaro.

Em conversa com o *Correio*, o embaixador da China no Brasil, Zhu Qingqiao, ressaltou que os dois países são as maiores nações em desenvolvimento em seus respectivos hemisférios. Afirmou, ainda, que o Brasil sempre esteve entre os primeiros a firmar parcerias estratégicas com os chineses. Para o futuro, ele espera uma aproximação ainda maior em temas como economia verde e reindustrialização.

Qingqiao citou como exemplo a Iniciativa Cinturão e Rota (ICR), um projeto global de investimentos chineses em infraestrutura, ao qual o Brasil optou por não aderir oficialmente até agora — apesar de os primeiros convites virem em 2018.

O embaixador participou, ontem, do evento “50 anos da Relação Brasil-China: Cooperação para um Mundo Sustentável”, em Brasília, realizado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e pela Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS). O presidente em exercício, Geraldo Alckmin, também participou do encontro e celebrou o marco diplomático.

“O melhor resultado da parceria Brasil-China é o comércio exterior. Ele é campeão. Hoje, a China é o

Fotos: Ricardo Stuckert/PR



China e Brasil são os maiores países em desenvolvimento, respectivamente, nos hemisférios Leste e Oeste. Temos uma tarefa em comum, que é o desenvolvimento, a construção dos dois países. E, na economia, temos muita complementaridade”

maior parceiro comercial brasileiro, com fluxo superior a US\$ 150 bilhões de dólares, e crescente”, frisou.

Também estavam presentes a senadora e ex-ministra da Agricultura Tereza Cristina (PP-MS), o embaixador Eduardo Paes Saboia — secretário de Ásia e Pacífico do Ministério das Relações Exteriores —, o presidente do Cebri, José Pio Borges, e o vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), Gedão Pereira.

Confira a entrevista.

Qual a importância, para a

China, dessas últimas cinco décadas de relacionamento com o Brasil?

O marco de 50 anos de relações diplomáticas é muito importante. China e Brasil são os maiores países em desenvolvimento, respectivamente, nos hemisférios Leste e Oeste. Temos uma tarefa em comum, que é o desenvolvimento, a construção dos dois países. E, na economia, temos muita complementaridade.

A data também marca os 20 anos de criação da Cosban,

que aprofundou a parceria. O que mudou nestas duas décadas?

Nesses 20 anos, nós, os dois países, sempre encaramos essa relação do ponto de vista estratégico. E o Brasil é o primeiro país (em desenvolvimento) a estabelecer parceria estratégica com a China (em 1993). É também o primeiro país na América Latina a estabelecer essa relação de parceria estratégica global com a China (em 2012). Isso mostra que nossos países sempre encaramos essa relação do ponto de vista de

longo prazo.

Apesar das aproximações e afastamentos promovidas por diferentes governos brasileiros, a parceria se manteve firme todo esse tempo...

Conseguimos passar por diferentes períodos, mas sempre o Brasil estava lá. Há 14 anos a China é o maior parceiro comercial do Brasil, e também é o maior mercado para exportação do Brasil. Estamos muito contentes e com vistas aos próximos 50 anos.

Dá para prever o que vem pela frente?

Vamos fazer um resumo, tirar a experiência — uma boa experiência — e olhando para frente como um futuro compartilhado para ambos os países, aproximando ainda mais essas relações e, também, fazendo essa sinergia da estratégia de desenvolvimento dos países. Como, por exemplo, a Iniciativa Cinturão e Rota e os projetos do Brasil de reindustrialização, de transformação ecológica, de transformação ecológica. Temos muitas áreas para explorar — ciência, tecnologia e inovação, economia verde, economia digital. Por isso, podemos ter um futuro muito promissor.

Na Colômbia, Lula propõe mais integração

» INGRID SOARES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou, ontem, na Colômbia uma maior integração entre os países sul-americanos. Esta seria uma forma, segundo ele, de essas nações serem mais “respeitadas” pelas potências mundiais e, a partir daí, conquistar acordos comerciais em base mais favoráveis.

“Estou convencido de que quanto mais fortes nós estivermos, mais seremos respeitados por Estados Unidos, União

Europeia, China, Rússia ou pela Índia. Não é a subserviência que faz a gente crescer. O que faz a gente crescer é uma posição ativa e ativa para que a gente se faça respeitar no mundo dos negócios. Precisamos de uma chance. Não é possível que a gente não tenha nenhuma Holanda, Finlândia, Noruega, Dinamarca. É tudo pobre? Será que Deus não olha para este continente e vê que somos bons, que somos cuidadosos? O problema está na gente definir o tamanho que a gente quer ser”, exortou, no discurso que fez no Fórum

Empresarial Brasil-Colômbia.

Lula lembrou que os investimentos diretos dos dois países somaram quase US\$ 7 bilhões, em 2023, e que os colombianos são “indispensáveis”. “Esses avanços podem ser maiores. Estamos falando de duas das três economias mais importantes da América do Sul. Juntos, somamos 255 milhões de consumidores. A vocação para unir o Caribe, o (Oceano) Pacífico e a Amazônia torna a Colômbia um sócio indispensável”, salientou.

Lula lembrou que ambos os países “estão bem posicionados

para fazer frente ao imperativo da transição ecológica e da reindustrialização das economias” e falou em “exportar sustentabilidade”. “Noventa por cento da energia elétrica consumida no Brasil tem origem em fontes renováveis”.

Mais cedo, Lula se reuniu com o presidente colombiano, Gustavo Petro e defendeu que os dois países atuem juntos no combate ao desmatamento, ao crime organizado e ao garimpo — problemas que assolam a Amazônia dos dois países.



Lula quer com Petro maior integração contra os crimes na Amazônia



RAUL VELLOSO

POR QUE O MUNICÍPIO, QUE É O GRANDE IMPLEMENTADOR DE POLÍTICAS SOCIAIS DO BRASIL, PAGA 20% DE CONTRIBUIÇÃO PARA O REGIME GERAL ENQUANTO UM ENTE FILANTRÓPICO NÃO PAGA NEM UM CENTAVO?

Para equacionar os desequilíbrios municipais (II)

Na minha coluna de três dias atrás, mostrei que a grande maioria dos municípios está literalmente quebrada financeiramente (assim como, em boa medida, os estados, embora não haja espaço para tratar destes últimos aqui), o que, na raiz de tudo, se explica principalmente pela disparada do crescimento dos gastos previdenciários (especialmente nos primeiros), na presença de receitas (ou do PIB) quase ou mais que estagnados. Nos últimos muitos anos, as despesas previdenciárias municipais cresceram à média real de 12,5% ao ano, enquanto as estaduais se expandiam a 5,9% e a evolução média do PIB (que dá uma boa aproximação para o comportamento das receitas) ficava em apenas 1,7% ao ano, produzindo “buracos” financeiros significativos nas contas desses entes.

Entre os fatores que não

destaquei no outro artigo, cabe lembrar o aumento real elevado do piso dos professores, que é algo que quebra municípios pequenos e que afeta tanto os ativos como os aposentados. Mas há, principalmente, o fato de o governo e o Congresso estarem, o tempo todo, passando novas funções para os municípios, grandes implementadores de políticas sociais, mas hoje sufocados, sem que recebam uma receita adicional compatível com a nova despesa assumida.

Com receitas insuficientes para cobrir as despesas, segue-se a pressão interna para deixar de pagar três coisas em torno das quais eles podem “forçar a barra” e tentar não pagar: despesas ligadas às contribuições ao Regime Geral, precatórios e despesas ligadas ao Regime Próprio. Ultimamente, a propósito, acumularam-se dívidas ligadas a esses

três itens, em torno, ao todo, de R\$ 500 bilhões. E daí ser possível entender o por que da ânsia dos municípios de quererem reduzir a alíquota da contribuição patrimonial para o Regime Geral.

Cá para nós, por que o município, que é o grande implementador de políticas sociais do Brasil, paga 20% de contribuição para o Regime Geral enquanto um ente filantrópico não paga nem um centavo? Ou enquanto um time de futebol (sem falar no agronegócio) paga muito menos do que os 20%? Para eles, isso soa obviamente bastante injusto, porque, afinal, eles se veem como os principais implementadores de políticas sociais em nosso país. Ou seja, o “choro” em torno desse assunto parece natural.

Resumindo, são três os principais motivos da difícil situação fiscal dos municípios: 1) a sua previdência própria, cujos

gastos dispararam, como dito acima; 2) o piso dos professores, cujo aumento é algo que quebra municípios pequenos, e que afeta tanto os ativos como os aposentados; e 3) municípios recebendo cada vez mais funções na área social com menor cobertura financeira, como no caso da União passa à frente não chega a R\$ 1,00 por aluno, embora uma merenda decente vá custar pelo menos uns R\$ 3 (mais um exemplo nesse sentido é o do programa Mais Médicos).

Isonomia de regimes

Outra justificativa é a isonomia entre os regimes Próprio e Geral. Desde a Emenda 20, vem se buscando ter regras iguais entre dois regimes, que antes eram muito diferentes. A Emenda 20, da era Fernando Henrique

Cardoso, já aproximou isso; a 41, do governo Lula, deixou bem próximo; e a 103, de 2019, já igualou (exceto no que diz respeito à contribuição). A contribuição básica do Regime Próprio, se ele não tem déficit atuarial, é de 14%. Assim, por analogia, a contribuição dos municípios para o Regime Geral deveria ser também 14% (algo que a Confederação Nacional dos Municípios defende).

Porém, a proposta na ordem do dia é: este ano, como já está em 8%, continua nos 8%, até para dar um fôlego aos municípios, e vai aumentando progressivamente até estabilizar em 14% (10%, em 2025; 12%, em 2026; e, a partir de 2027, 14%, que seria a alíquota permanente).

Qual a lógica disso? Primeiramente, uma analogia entre os regimes Próprio e Geral e, segundo, por não fazer sentido que os

municípios, que são os grandes implementadores das políticas sociais no Brasil, paguem igual a uma grande empresa do setor privado (seja ela uma big tech ou do setor financeiro, por exemplo). Se a alíquota fosse 20% para todas as empresas, tudo bem, mas não é. É 20% para os setores que não têm tratamento diferenciado. Por que os municípios não merecem tal tratamento, se é o grande implementador das políticas sociais do Brasil? O que estão querendo é uma redução de 20% para 14%, na lógica de equiparação com o Regime Próprio (20% para 8% talvez estivesse exagerado).

Espero poder aproveitar a discussão pública da alíquota para os municípios em relação ao Regime Geral para sugerir, em nova coluna, neste mesmo jornal, uma nova proposta de PEC similar a que já se chamou “PEC da Sustentabilidade Fiscal”.